

Conversão de dívida ajudará carente

BRASÍLIA — O Banco Central estuda a liberação das operações de conversão da dívida externa por entidades filantrópicas internacionais para financiar a assistência a crianças carentes. Recomendado pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o estudo mostra que instituições brasileiras sem fins lucrativos poderão receber recursos para projetos assistenciais, através da compra com deságio (desconto) de títulos vencidos da dívida brasileira no mercado secundário. “É um mecanismo semelhante ao criado para projetos na área de meio ambiente, mas com maior flexibilidade”, explicou ontem o diretor de Área Externa do Banco Central, Arminio Fraga.

A flexibilidade está em uma novidade que o BC pretende incluir no mecanismo de conversão, para possibilitar a liberação imediata de parte da doação. Atualmente, a dívida convertida fica bloqueada no Banco Central e são repassados apenas os seus rendimentos, correspondentes à variação cambial mais juros de 6% ao ano. Essa restrição é um obstáculo às doações. “O mecanismo frustra os doadores, porque os recursos ficam totalmente retidos e só a remuneração é repassada”, explica um técnico do banco. A modificação na regra fará com que as doações aumentem e entrem mais rápido no país.

O deságio praticado pelo mercado secundário internacional será o segundo atrativo, pois, segundo Fraga, permitirá “maior captação de recursos”. Ele explicou que isso ocorrerá porque os papéis da dívida brasileira vencidos são negociados hoje com descontos de 62%, em média, enquanto que a conversão será feita pelo seu valor de face, ou seja, sem deságio.

Arminio Fraga afirmou que as consultas junto ao BC por parte de instituições sem fins lucrativos interessadas em fazer doações para projetos assistenciais está aumentando, mas as normas acabam impedindo o ingresso de recursos. “É quase um desperdício, já que existe o interesse externo”, admitiu o diretor. Já existe uma comissão, ligada ao Ministério da Economia, encarregada de estudar a viabilidade dos projetos ambientais financiados através da conversão de dívida. Pela proposta do BC, esta comissão teria as suas atribuições ampliadas.